Análise das desigualdades entre os COREDES no período de 1990 a 2003: origem e evolução

Mariangela Amaral e Silva [*]
Pascoal José Marion Filho [**]
Daniel Arruda Coronel [***]

Title: Analysis of the inequalities between the COREDES in the period from 1990 to 2003: origin and evolution

RESUMO

Neste artigo, estudam-se as desigualdades inter-regionais no Rio Grande do Sul, no período de 1990 a 2000. Na análise, o Rio Grande Sul foi subdividido em 22 COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento). As desigualdades foram avaliadas a partir da participação relativa de cada região no total e através do índice de Gini, com base nas variáveis econômicas PIB, PIB *per capita* e PIB industrial. A teoria de Causação Circular e Acumulativa de Myrdal foi utilizada para orientar a análise. A história da ocupação territorial é considerada porque a origem das desigualdades pode estar vinculada à forma como se deu o processo de colonização das regiões em questão, já que o pólo industrial está localizado na região onde teve início a colonização, de influência européia. Na análise, constata-se que, no Rio Grande do Sul, os COREDES Metropolitano, Serra e Vale do Rio dos Sinos fazem parte da área industrializada que se localiza na região Nordeste do Estado e detém metade da renda e da população.

Palavras-chave: Desigualdade regional, ocupação territorial, índice de Gini, COREDES.

ABSTRACT

This article studies the inter-regional inequalities in the state of Rio Grande do Sul between 1990 and 2000. In the analysis the state was subdivided in twenty-two "COREDES" (Regional Development Councils). The inequalities were assessed on the basis of the relative share of each area in the whole and through the Gini index, as well as on the economic variables GNP, GNP per capita and industrial GNP. The theory of Accumulative Circular Causation of Myrdal was used to guide the analysis. The history of the territorial occupation is taken into account because the origin of the inequalities may be linked to the form in which the colonization

Recebido em 20.11.2006. Aceito em 02/01/2007

[*] Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Economista (UFSM) e Acadêmica da Pós-graduação em Estatística e Modelagem Quantitativa (UFSM). Av. Medianeira, 1310 – Centro – CEP 97.060.002, Santa Maria RS. Fone: 55 8405.3559 E-mail: mariangellas@gmail.com

[**] Doutor em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e dos programas de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana e Administração (UFSM). Rua Mal. Floriano Peixoto, nº1750 6º andar, sala 610 e 611 CEP 97015-372, Santa Maria RS. Fone: 55 3220 9294- E-mail: pmarion@smail.ufsm.br

[***] Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Economista (UFSM) e bolsista da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Av. João Pessoa, 1203, Ap.608, CEP: 90040-001, Porto Alegre RS. Fone: 51- 3286-27-37 ou 55-99-04-02-20 - E-mail: daniel.coronel@ufrgs.br

process took place in the areas under discussion, since the industrial pole is located in the area where the colonization of European influence began. The analysis found that the metropolitan "COREDES" of the Metropolitan Area of Porto Alegre, the Mountain Range ("Serra") and the Sinos River Valley are part of the more industrialized area located in the state's Northeast and has half of the income and population.

Key words: Regional inequalities, territorial occupation, Gini index, "COREDES."

JEL Classification: O1, O18, R12

1 Introdução

As grandes diferenças entre os níveis de crescimento econômico e social, em vários países, têm sido tema de estudo de muitos cientistas sociais. A extensão das desigualdades econômicas e sociais pode ser considerada como uma das questões essenciais de nossa época, sendo de fundamental importância para os formuladores de políticas de desenvolvimento e de integração.

Este trabalho apresenta um estudo das desigualdades regionais do Rio Grande do Sul, no período de 1990 a 2003. Nele, determina-se a evolução desse crescimento desigual e resgata-se a história da ocupação territorial do estado gaúcho, objetivando entender a origem da problemática. A análise das desigualdades inter-regionais do Rio Grande do Sul é feita através do índice de Gini e da comparação do PIB, PIB *per capita* e PIB industrial dos 22 COREDES.

A teoria utilizada na análise é a Teoria da Causação Circular e Acumulativa de Myrdal. Essa teoria explica as desigualdades de crescimento entre regiões a partir de fatores que provocam efeitos progressivos ou regressivos sobre a economia, como a instalação de uma grande fábrica ou de um pólo industrial, onde se promove o desenvolvimento através da melhoria da infra-estrutura, da expansão do comércio e dos serviços. Porém, esse fato pode gerar um deslocamento de capital, mão-de-obra e demais fatores das regiões periféricas para a região pólo, desencadeando um processo de amplificação de desigualdades regionais.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção traz a ocupação territorial do Rio Grande do Sul. Na terceira, são expostos o referencial

teórico e a metodologia utilizada para medir as desigualdades regionais. Avalia-se a evolução das desigualdades regionais a partir do PIB, PIB *per capita*, PIB industrial e do índice de Gini na quarta seção. Finalmente, na quinta seção, apresentam-se as conclusões do artigo.

2 A ocupação territorial do Rio Grande do Sul

Na visão de alguns autores, como Alonso e Bandeira (1990) e Pesavento (1992), o Rio Grande do Sul integrou-se mais tarde ao restante do Brasil colonial. A primeira referência de ocupação é o estabelecimento das reduções jesuíticas espanholas no século XVII, dedicando-se à agricultura e introduzindo o gado bovino e eqüino no Estado. Com a chegada dos bandeirantes à região e a valorização do gado em Minas Gerais, a região passou a fazer parte das pretensões da Coroa Portuguesa, e as lutas se ampliaram no extremo sul do Brasil.

Em meados do século XVII, devido à dificuldade de conservar a posse de Sacramento, a Coroa Portuguesa decidiu ocupar o vasto território entre o Prata e Laguna através da colonização. Segundo Alonso (1984), essa colonização iniciou-se com a vinda de 2 mil casais açorianos, que se dedicavam ao plantio de subsistência cultivando vários tipos de legumes e cereais em pequenas propriedades (em torno de 272 ha).

Dos núcleos açorianos surgiram quatro núcleos urbanos, dos quais o Porto de Viamão foi o mais importante devido à sua boa localização para o transporte hidroviário. Por causa disso, tornou-se o principal ponto de escoamento da produção de trigo para exportação e a principal cidade do Estado, com crescimento elevado de sua população. Todavia, sua importância começa a cair após 1820, quando a produção de trigo entra em decadência por diversos motivos[1], e a pecuária surge como forte atividade econômica (Alonso, 1984).

Com a valorização do charque, as cidades de Pelotas e Rio Grande passaram a ser os grandes centros urbanos, já que o produto era elaborado em Pelotas e era exportado pelo porto de Rio Grande. Com o passar do tempo, a região foi perdendo a hegemonia, e se instalou a crise do charque, que se estabeleceu devido à maior competitividade dos vendedores do Prata, que promoveram várias inovações[2] e obtiveram um nível de produtividade mais alto, o que barateou

seu produto no mercado interno brasileiro, bem mais que o charque rio-grandense.

A região de Porto Alegre voltou a ser a principal zona econômica do Estado através da colonização européia. Os primeiros imigrantes a chegarem foram os alemães, os quais iniciaram suas atividades com o desmatamento e a agricultura de subsistência, que, mais tarde, se expandiu até a exportação dos excedentes. Com eles surgiram as primeiras agroindústrias no Estado (Alonso, 1984; Alonso e Bandeira, 1990).

A colonização italiana começou algumas décadas mais tarde, apresentando, segundo Bandeira (1990), as mesmas características da colonização alemã[3]. De acordo com alguns autores, como Fortini (1952), Alonso (1984) e Alonso e Bandeira (1990), através da colonização italiana, surgiram importantes municípios que, além da agropecuária colonial, também deram início a um forte setor industrial. Esse setor surgiu do artesanato praticado e comercializado pelos imigrantes que produziam diversas atividades e produtos coloniais, como alimentos, bebidas, ferrarias e funilarias.

Assim, a partir de 1860, Porto Alegre iniciou sua recuperação através da atividade comercial de exportação. A cidade também cresceu demograficamente e em infra-estrutura[4], o que possibilitou a sua consolidação no comando regional da economia gaúcha antes do final do século XIX (Alonso, 1984; Alonso e Bandeira, 1990). Assim foi estabelecido o território do Rio Grande do Sul. A seguir, apresentam-se as teorias utilizadas para entender as desigualdades regionais.

3 Teorias das desigualdades regionais

A respeito dos mecanismos de distribuição do desenvolvimento, cabem várias interpretações, as quais deram origem a duas correntes divergentes dentro deste mesmo paradigma. De um lado, surgem os defensores da idéia de *crescimento equilibrado*, os quais afirmam que as livres forças do mercado promovem o desenvolvimento. As desigualdades entre nações ou regiões dentro de um país, portanto, dependem somente da disponibilidade dos fatores e de sua mobilidade, sendo apenas uma fase transitória no processo de desenvolvimento, uma vez que o equilíbrio é produzido no espaço de forma lógica (Rofman, 1974; Alonso, 1984; Souza,

1999; e Cárdenas, 2005).

Na visão de Alonso (1984), a noção de equilíbrio não se aplica às economias dependentes ou com pouca autonomia e que possuem estruturas oligopolísticas nos seus setores mais modernos. Isso quer dizer que essas economias não tendem automaticamente ao equilíbrio na produção e na distribuição da renda nacional quando a economia cresce.

Rofman (1974, p. 69) afirma que "[...] num sistema econômico capitalista subdesenvolvido, o equilíbrio não existe, por definição. E, porque postulá-lo como paradigma ao nível da configuração espacial é, também, uma posição inexata". Myrdal (1960) também se manifesta a esse respeito dizendo que "[...] a noção de equilíbrio estável é normalmente uma falsa analogia que se estabelece quando se formula a teoria que visa explicar a mudança no sistema social". Segundo o autor, não se verifica a tendência à auto-estabilização automática, e, em vez de o sistema se mover na direção do equilíbrio, afasta-se cada vez mais dessa posição.

De outro lado, encontram-se os defensores do chamado *dualismo econômico*[5], que são as teorias de causação acumulativa e o desenvolvimento polarizado, as quais mantêm a tese de que, uma vez aberta a brecha que separa as regiões ricas das pobres, as forças livres de mercado tendem a fixar a riqueza na região desenvolvida, originando uma polarização crescente dos níveis de desenvolvimento, a menos que haja uma intervenção a fim de minimizar as desigualdades (Myrdal, 1960; Rofman, 1974; Boudeville, 1977; e Souza, 1999).

Dentre os principais representantes, pode-se citar Myrdal (1960) e seu seguidor Hirschman (1960), para quem o modelo de causação acumulativa explicava melhor os processos de crescimento e desenvolvimento econômico e social do que a análise em termos de equilíbrio. Myrdal (1960) formulou a teoria da causação circular e acumulativa em meados dos anos 50, observando que o círculo vicioso pobreza-doença-pobreza pode ser um processo circular e acumulativo ascendente ou descendente, que, quando não controlado, pode causar desigualdades crescentes.

Pode-se exemplificar a causação circular acumulativa ascendente através da instalação de

uma fábrica em uma localidade, provocando efeitos multiplicadores, diretos e indiretos sobre o emprego e a produção. O aumento das receitas públicas locais levaria à instalação de infra-estruturas e à melhoria dos demais serviços prestados, criando um cenário atrativo às atividades econômicas. Já na causação circular acumulativa descendente, o exemplo seria o fechamento de uma grande empresa na localidade, causando um impacto negativo no emprego, na renda e nas finanças públicas locais, pois haveria a necessidade de aumento dos impostos. Com a redução das receitas públicas, o cenário tornar-se-ia menos atrativo para as atividades econômicas, desencadeando um processo cumulativo descendente de subdesenvolvimento (Montoya, 1999).

De acordo com essa teoria, as relações de mercado provocam uma distância progressiva entre as regiões ricas e as pobres, tanto em nível nacional como internacional, com a transferência de recursos que se dá através do intercâmbio comercial e dos investimentos. Os fatores de produção, como capital e mão-de-obra, tendem a emigrar das regiões periféricas para as regiões centrais (Souza, 1993; Montoya, 1999).

Myrdal (1960) também menciona que o crescimento de uma região causa *efeitos regressivos* em outras devido à troca desigual entre regiões mais ricas, exportadoras de produtos manufaturados, e regiões mais pobres, produtoras de produtos primários. Esses *efeitos regressivos* são provocados pelos movimentos de mão-de-obra, de capital e de bens e serviços em direção aos centros em expansão, em detrimento das regiões mais pobres, devido ao fato de as regiões desenvolvidas oferecerem maiores oportunidades de emprego, taxas de retorno nos investimentos mais elevadas, melhor infra-estrutura, assistência social, etc. Portanto, em vez de estabelecer o equilíbrio, os mecanismos do livre mercado tendem a aumentar as desigualdades regionais.

Em contrapartida, há alguns *efeitos propulsores* que acontecem nos centros desenvolvidos, favorecendo as regiões situadas ao redor através de um processo circular e acumulativo, no qual desencadeiam aumentos nas exportações de alimentos, matérias-primas, insumos industriais e manufaturas de consumo final para os pólos de crescimento nacionais e internacionais (Myrdal, 1960). No Brasil, temos alguns exemplos, como: o Estado do Rio Grande do Sul produz peças de reposição para a indústria automobilística paulista; Santa Catarina exporta

aves congeladas para o centro do país (Souza, 1993, p. 41).

Myrdal (1960) afirmou que o papel do Estado é importante no sentido de tentar diminuir as desigualdades regionais. A atuação do mesmo, através de políticas econômicas, deve neutralizar os *efeitos regressivos* e promover o desenvolvimento das regiões periféricas, aumentando a dimensão dos *efeitos propulsores* provenientes do pólo urbano-industrial.

Existem ainda várias teorias na literatura sobre desigualdades regionais. Porém, a maioria delas apresentam limitações por considerar apenas um fator em suas análises. Nesse sentido, optou-se por seguir a teoria da causação circular e acumulativa, uma das mais completas na abrangência de fatores responsáveis pela desigualdade de crescimento das regiões e que se utiliza de variáveis econômicas para identificá-los.

4 Aspectos metodológicos

4.1 Regionalização

O Rio Grande do Sul, devido ao seu processo histórico, pode ser dividido em três regiões: Sul, Nordeste e Norte. Além da divisão em três regiões, os dados foram agrupados em 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Os Conselhos foram criados em 1994 e têm como objetivos identificar os obstáculos e priorizar potencialidades, para propiciar alternativas para o desenvolvimento das macrorregiões do Estado. No Quadro 2 estão expostos os 22 COREDES do Estado de acordo com as três regiões.

Justifica-se essa divisão por ser a forma que mais se aproxima da idéia de homogeneização e pela disponibilidade dos dados necessários para a análise empírica. De acordo com Richardson (1981), se o interesse do analista é a pesquisa empírica, ele tem que trabalhar com as regiões administrativas adotadas pelos órgãos administrativos, pois somente são disponíveis dados das regiões reconhecidas oficialmente.

Quadro 2 - Regiões do Rio Grande do Sul e seus respectivos COREDES

METADE NORTE		METADE SUL
NORDESTE	NORTE	SUL
Vale do Taquari	Produção	Campanha
Hortênsias	Norte	Fronteira Oeste
Serra	Fronteira Noroeste	Central
Litoral	Médio-Alto Uruguai	Rio Pardo
Paranhana	Noroeste Colonial	Centro-Sul
Vale do Caí	Alto Jacuí	Sul
Vale do Rio dos Sinos	Missões	
Metropolitano	Nordeste	

Fonte: Elaborado a partir da Secretaria de Coordenação e Planejamento (Seminário Regional, 1999).

4.2 Coeficiente de mensuração das desigualdades

Existem várias medidas de desigualdades regionais[6]. Entretanto, neste trabalho, o nível das desigualdades regionais é mensurado através do Índice de Gini (G). Trata-se de um índice adimensional, cujo limite inferior é zero e o limite superior é um. Se G for igual a 1, a desigualdade será perfeita, e se G for igual a zero, a igualdade será perfeita.

As variáveis dos COREDES utilizadas para calcular o índice de Gini são: PIB, PIB *per capita* e PIB industrial. No eixo Y, estão representadas as frações acumuladas das variáveis dos COREDES, e, no eixo dos X[7], os COREDES.

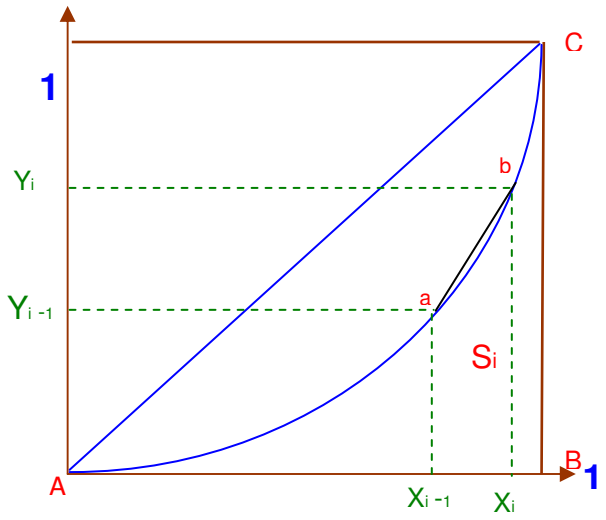
O Índice de Gini é obtido, aproximadamente, ao se decompor a área ACB, abaixo da curva de Lorenz, em n trapézios. No caso da Figura 1, as medidas do trapézio são Y_i, a base maior, e Y_{i-1}, a base menor, sendo a sua altura $X_i - X_{i-1}$. A área do trapézio (S_i) é assim medida por:

$$Si = \frac{Y_i + Y_{i-1}}{2}\left(X_i - X_{i-1}\right) \quad (1)$$

Sendo, portanto, $i = 1,...,n$ e o Índice de Gini definido por:

$$G = 1 - \frac{\sum_{i=1}^{n} Si}{0,5} \quad \text{ou} \quad G = 1 - 2\sum_{i=1}^{n} Si \tag{2}$$

Figura 1: Curva de Lorenz



4.3 Fonte dos Dados

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB), total e *per capita*, e do Valor Agregado Bruto (VAB) do setor industrial foram obtidos na Fundação de Economia e Estatística (FEE), em nível municipal. A partir desses dados, foram construídos os PIB, PIB *per capita* e PIB industrial por COREDE, referentes aos anos de 1990, em cruzeiros (Cr$ mil), e de 1996 a 2003, em reais (R$ mil).

5 Análise empírica das desigualdades regionais

A finalidade desta seção é avaliar as desigualdades regionais ocorridas no Rio Grande do Sul, no período de 1990 a 2003. De acordo com os estudos apresentados, pode-se perceber que a origem das desigualdades está na forma de ocupação do solo gaúcho, especialmente a partir da

imigração originária da Alemanha e da Itália.

5.1 A participação relativa na renda do Rio Grande do Sul

Entende-se como renda o PIB de cada COREDE. A utilização do PIB é uma das medidas utilizadas para identificar as disparidades entre regiões, que podem ser municípios, estados, províncias, departamentos e países. Através do PIB, é possível ter uma idéia das condições de vida de uma determinada região, sendo que, quando se comparam os seus percentuais de participação, pode-se constatar a evolução das diferenças de crescimento.

De acordo com os índices de participação relativa, percebe-se que os COREDES que mais participam da formação do produto gaúcho são: o Metropolitano Delta do Jacuí (com 20,52%, em 1990, e 21,90%, em 2003); o da Serra (que, em 1990, foi responsável por 10,42% do produto e, em 2003, por 10,96%); e o do Vale do Rio dos Sinos (que, em 1990, participava com 17,90% e, no ano 2000, com 15,22%). Esses três COREDES pertencem à Região Nordeste do Estado e juntos, em 2003, foram responsáveis por 48,08% do produto gerado no Rio Grande do Sul. Na visão de Alonso (2003), a Região Nordeste tem características distintas das demais em sua estrutura econômica. Para Green e Cruz (2002), em 1997, apenas 3,1% da sua produção é de origem agropecuária, 50,2% é gerada na indústria e 46,7% no setor de serviços.

Na Tabela 2, observa-se a importância econômica da Região Nordeste na formação da renda do Estado, pois detinha 58,36% da renda em 1990 e passou para 57,50% em 2003. Percebe-se uma pequena redistribuição a favor da região Norte do Estado, já que sua participação no total do Estado elevou-se de 17,22%, em 1990, para 19,88%, em 2003, e a Região Sul caiu de 24,4%, em 1990, para 22,62%, em 2003.

Esse aumento da participação relativa da Região Norte se deu pela melhora no desempenho do setor de transporte e mecânica, que tem forte presença na região pela produção de máquinas e implementos agrícolas. De acordo com Alonso (2003), foi esse segmento que mais cresceu em 2001, e o seu desempenho deve-se à forte expansão agrícola e ao Moderfrota (programa de crédito para investimento do BNDES).

Tabela 1: Produto Interno Bruto para os COREDES do RS e suas participações relativas para os anos de 1990, 1996 e 2003

Regiões/COREDES	1990*	%	1996	%	2003	%
ALTO JACUÍ	46.414.581	1,88	1.237.067	1,96	3.052.614	2,38
CAMPANHA	41.138.176	1,66	1.029.421	1,63	1.958.137	1,52
CENTRAL	103.953.695	4,20	2.718.646	4,30	5.512.099	4,30
CENTRO-SUL	37.069.969	1,50	1.141.794	1,80	2.251.981	1,76
FRONTEIRA NOROESTE	47.160.761	1,91	1.299.338	2,05	2.911.981	2,27
FRONTEIRA OESTE	104.575.184	4,22	2.694.924	4,26	5.027.804	3,93
HORTÊNSIAS	27.753.156	1,12	734.138	1,16	1.105.071	0,86
LITORAL	63.082.036	2,55	1.086.809	1,72	2.211.581	1,73
MÉDIO ALTO URUGUAI	28.347.892	1,15	873.802	1,38	1.574.597	1,23
METROPOLIT. DELTA DO JACUÍ	507.813.263	**20,52**	12.139.106	**19,19**	28.043.749	**21,90**
MISSÕES	52.827.882	2,13	1.359.301	2,15	2.996.910	2,34
NORDESTE	30.221.877	1,22	952.985	1,51	2.177.436	1,70
NORDESTE COLONIAL	64.833.579	2,62	1.806.798	2,86	3.672.397	2,87
NORTE	43.155.145	1,74	1.286.328	2,03	2.704.282	2,11
PARANHANA – ENC. DA SERRA	44.422.236	1,79	1.545.103	2,44	1.906.276	1,47
PRODUÇÃO	98.152.536	3,97	2.939.656	4,65	6.359.614	4,97
SERRA	257.838.081	**10,42**	7.086.111	**11,20**	14.031.483	**10,96**
SUL	181.106.467	7,32	4.125.190	6,52	8.447.733	6,60
VALE DO CAÍ	39.170.461	1,58	1.057.409	1,67	2.102.490	1,64
VALE DO RIO DOS SINOS	442.948.826	**17,90**	10.216.832	**16,15**	19.490.099	**15,22**
VALE DO RIO PARDO	114.980.145	4,65	3.243.533	5,13	5.765.157	4,50
VALE DO TAQUARI	9.822.109	0,40	2.688.386	4,25	4.735.556	3.60
Rio Grande do Sul	2.475.217.968	100	63.262.677	100	128.039.611	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FEE (2003).
* Os dados de 1990 estão em Cr$ mil e os demais anos em R$ mil.

Essas informações vêm corroborar os índices apresentados na Tabela 1, pois os três COREDES que se destacaram na participação do PIB têm sua base econômica calcada no setor industrial e estão localizados na Região Nordeste do Estado.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto para as regiões do RS e suas participações relativas para os anos de 1990, 1996 e 2003

Macrorregião	1990*	%	1996	%	2003	
Nordeste	1.392.850.168	**58,36**	36.553.894	57,78	73.626.305	**57,50**
Norte	411.114.253	17,22	11.755.275	18,58	25.449.831	19,88
Sul	582.823.636	24,42	14.953.508	23,64	28.962.911	22,62
TOTAL ESTADO	2.386.788.057	100,00	63.262.677	100,00	128.039.047	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da FEE (2003).
* Os dados de 1990 estão em Cr$ mil e os demais anos em R$ mil.

Na comparação entre a renda per capita dos COREDES, destaca-se o Metropolitano Delta

do Jacuí, que, apesar de ter grande participação na formação da renda estadual, em todo período, apresentou renda per capita abaixo da média. Esse fato pode ser explicado pelo processo migratório que tem reforçado a concentração populacional naquela região. A capital, Porto Alegre, que se localiza neste COREDE, é o principal atrativo populacional do Estado, não só pelas oportunidades de emprego, mas também educacionais e locacionais.

De acordo com Green e Cruz (2002), a Região Nordeste do Estado, onde se localizam os três COREDES em destaque, possuía, em 1997, grande densidade populacional (50,54% da população do Estado), sendo que as outras duas regiões (Sul e Norte) juntas detinham 49,49% da população.

Tabela 3 - PIB per capita para os COREDES do RS no período de 1990 a 2003.

Regiões/coredes	1990*	1996	1998	2003
ALTO JACUÍ	262,54	6.433	6.379	15.420
CAMPANHA	216,37	4.939	5.191	8.882
CENTRAL	181,71	4.373	4.775	8.265
CENTRO-SUL	192,27	5.266	5.568	9.400
FRONTEIRA NOROESTE	236,80	6.188	6.531	13.860
FRONTEIRA OESTE	220,07	5.085	5.360	8.849
HORTÊNCIAS	265,74	6.302	5.923	8.301
LITORAL	308,18	4.403	4.632	7.240
MÉDIO ALTO URUGUAI	155,47	4.586	5.332	8.844
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	274,28	5.827	6.199	11.777
MISSÕES	160,80	4.987	5.810	11.287
NORDESTE	182,73	5.479	6.045	12.164
NORDESTE COLONIAL	225,72	5.740	5.895	11.963
NORTE	222,40	6.124	6.681	12.511
PARANHANA - ENCOSTA DA SERRA	363,69	9.072	9.526	9.301
PRODUÇÃO	227,60	6.381	6.615	12.956
SERRA	452,05	10.403	11.066	17.656
SUL	236,18	5.229	6.242	9.793
VALE DO CAÍ	326,32	7.601	7.757	13.084
VALE DO RIO DOS SINOS	462,91	9.218	9.587	15.412
VALE DO RIO PARDO	315,09	8.169	10.103	13.466
VALE DO TAQUARI	362,41	8.831	8.989	14.250
Rio Grande do Sul	286,47	6.564	7.063	12.071

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da FEE (2003).
* os dados de 1990 estão em Cr$ e os demais anos em R$.

Pode-se perceber também na Tabela 3 que entre os dez COREDES que tem PIBpc acima da média em 2003, cinco pertencem a Região Norte, a qual teve aumento da participação na

renda do Estado; quatro COREDES pertencem a Região Nordeste; e um pertence a Região Sul (o COREDE Vale do Rio Pardo).

5.2 A evolução das participações do PIB industrial no Rio Grande do Sul

A Tabela 4 mostra que os três COREDES com maiores PIB industrial, em 2003: o Metropolitano, com 24,73%; Serra, com 14,30%; e Vale do Rio dos Sinos, com 21,60%. Estes três COREDES são responsáveis por 60,63% da renda do setor industrial do Estado e, segundo ALONSO (2003), fazem parte da região metropolitana, que concentra, além do parque industrial gaúcho, todo movimento comercial e mais da metade da oferta dos demais serviços do Rio Grande do Sul. O autor afirma ainda que tal volume de atividades econômicas e de infra-estrutura está aglomerada numa extensão que equivale a 9,7% do total do Estado e atrai fortemente os capitais e a população das outras regiões em busca de melhores condições de vida.

Portanto, as análises efetuadas até a gora para o Rio Grande do Sul mostram que as zonas de maior expressão econômica possuem pólos industriais. Esta constatação vem ao encontro da teoria de Myrdal, pois nas regiões mais industrializadas ocorrem *efeitos propulsores* que amplificam as desigualdades.

De acordo com Alonso (2003), a proximidade com o pólo industrial do Estado beneficia alguns municípios. Por exemplo, em 2001, dos 20,06% de participação relativa da indústria regional, 8,44% são produzidos em apenas sete municípios pertencentes a esses COREDES (Estrela, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Taquari, Teutônia, Venâncio Aires e Vera Cruz), os quais o autor considera como uma extensão do campo aglomerativo.

Com relação ao processo histórico de colonização rio-grandense, vários estudos[8] explicam o desenvolvimento industrial da Região Nordeste do Estado pela forma de colonização dos imigrantes europeus, mais especificamente alemães e italianos, os quais introduziram no Estado práticas artesanais que foram os primeiros indícios de industrialização.

Tabela 4: Produto Interno Bruto do setor industrial e participação relativa por COREDE do RS no período de 1990 a 2003.

Regiões/coredes	1990	%	1996	%	2003	%
ALTO JACUÍ	7.296.260	0,67	117.456	0,54	497.021	1,02
CAMPANHA	10.831.097	1,00	167.639	0,77	523.399	1,07
CENTRAL	17.225.402	1,58	294.260	1,34	902.274	1,85
CENTRO-SUL	11.314.756	1,04	271.339	1,24	668.281	1,37
FRONTEIRA NOROESTE	11.701.464	1,08	281.615	1,29	1.027.695	2,11
FRONTEIRA OESTE	24.862.614	2,28	438.116	2,00	898.512	1,84
HORTÊNCIAS	12.940.019	1,19	256.028	1,17	346.321	0,71
LITORAL	33.033.594	3,04	123.558	0,56	464.738	0,95
MÉDIO ALTO URUGUAI	1.868.163	0,17	45.434	0,21	136.841	0,28
METROP. DELTA DO JACUÍ	232.283.087	21,34	3.971.963	18,15	12.067.599	24,73
MISSÕES	3.885.602	0,36	147.947	0,68	569.239	1,17
NORDESTE	3.462.946	0,32	87.682	0,40	335.019	0,69
NORDESTE COLONIAL	9.337.642	0,86	228.370	1,04	681.031	1,39
NORTE	9.253.762	0,85	260.546	1,19	873.526	1,79
PARANHANA – E. SERRA	29.763.460	2,73	914.590	4,18	1.033.748	2,12
PRODUÇÃO	18.845.212	1,73	632.950	2,89	1.781.910	3.65
SERRA	154.194.172	14,17	3.519.371	16,08	6.976.505	14,30
SUL	75.628.140	6,95	1.300.355	5,94	2.997.501	6,14
VALE DO CAÍ	16.918.211	1,55	453.507	2,07	1.021.314	2,09
VALE DO RIO DOS SINOS	292.945.074	26,92	5.781.230	26,42	10.539.816	21,60
VALE DO RIO PARDO	57.352.639	5,27	1.397.186	6,39	2.376.715	4,87
VALE DO TAQUARI	53.378.803	4,90	1.190.946	5,44	2.080.358	4,26
Rio Grande do Sul	1.088.322.119	100	21.882.089	100	48.797.856	100

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da FEE (2003). Para o ano de 1990, os valores estão em Cr$ mil e, para os demais anos, em R$ mil.

Fazendo uma analogia com a teoria de Myrdal, percebe-se certo grau de desenvolvimento nas regiões próximas ao pólo industrial, mesmo que existam desigualdades regionais, pois, segundo o autor, um pólo de crescimento se transforma em pólo de desenvolvimento quando exerce efeitos positivos em sua área de influência, além das ligações interindustriais, e envolve atividades como comércio e serviços, estendendo seus efeitos para as regiões mais próximas (SOUZA, 1999).

Finalizando, os resultados deixam claro que o local de chegada da colonização européia, na região portuária e de entrada dos imigrantes europeus, se tornou o pólo industrial mais importante do Estado. Verifica-se também que as desigualdades inter-regionais são elevadas, tanto em relação ao PIB, quanto para o PIB industrial, e isso se deve à concentração do pólo industrial na região Nordeste.

5.3 O índice de Gini e as desigualdades econômicas entre os COREDES

De acordo com a teoria econômica regional, consideram-se desequilíbrios regionais a diferença de renda entre regiões. Dentro desse enfoque, a análise a seguir irá fundamentar-se levando em conta as características regionais para explicar os coeficientes de desigualdade de renda entre os COREDES do Rio Grande do Sul. Seguindo a proposta metodológica apresentada, utiliza-se o índice de Gini para medir as desigualdades entre as regiões.

Na Tabela 5, analisa-se o comportamento do IGPIB (índice de Gini PIB), IGPIBpc (índice de Gini PIB per capita) e do IGPIBind (índice de Gini PIB industrial) no Rio Grande do Sul, para os anos de 1990 e de 1996 a 2003.

Tabela 5: Índice de Gini para os Coredes do RS no período 1990 a 2003

	IGPIB	IGPIBpc	IGPIBind
1990	0,4943	0,1714	0,6495
1996	0,4668	0,1442	0,6392
1997	0,4865	0,1617	0,6567
1998	0,4751	0,1398	0,6505
1999	0,4838	0,1383	0,6644
2000	0,5072	0,1596	0,6876
2001	0,4917	0,1483	0,6264
2003	0,4849	0,1334	0,5455

Fonte: Elaborada a partir de dados da FEE (2003)

Percebe-se, na Tabela 5, que as desigualdades oscilam levemente na década. Com relação ao IGPIB, o coeficiente de desigualdade de renda entre os COREDES varia de 0,4668, em 1996, a 0,5072, em 2000. Portanto, constata-se que as disparidades são importantes, o que vem ao encontro da Tabela 1.

O IGPIBpc revelou leve queda, variando entre 0,1334 (em 2003) e 0,1714 (em 1990). Como o PIB per capita é calculado com base na população, o IGPIBpc é menos desigual do que os demais. Porém, cabe lembrar que na Tabela 4 as rendas per capitas que ficam acima da média estadual pertencem aos COREDES que se localizam na região industrializada do Estado.

Em 1996, a redução da participação relativa na renda do Estado pela Região Nordeste foi

captada pelo IGPIB. Essa queda está relacionada à política econômica adotada pelo Brasil, o Plano Real (1994), que usou uma âncora cambial para atingir a estabilidade. Na opinião de Alonso (2003), os anos seguintes, após o plano, até 1998, foram marcados, entre outras coisas, pela exposição do país à concorrência internacional e pela manutenção de uma taxa de câmbio irreal (falsa), a fim de controlar a inflação. A economia do Rio Grande do Sul sofreu as conseqüências pelo fato de possuir importante setor exportador, que foi prejudicado pela valorização cambial. Por isso, diminuiu a renda das regiões industrializadas, consideradas as mais dinâmicas, e, em conseqüência, houve uma queda nas desigualdades regionais de renda entre os COREDES.

Em janeiro de 1999, não foi mais possível segurar o câmbio artificialmente apreciado. Sendo assim, a maxidesvalorização abriu espaço para a volta do crescimento, e beneficiou a economia gaúcha. Esse fato pode ser constatado através do IGPIB, na Tabela 5, que volta a crescer em 1999 (0,4838), significando aumento das desigualdades entre os COREDES em função da recuperação das áreas mais dinâmicas da economia gaúcha.

Conforme Alonso (2003), a questão da concentração geográfica da produção industrial e dos serviços e todas as implicações econômicas que daí advêm provocam um agravamento no quadro das disparidades regionais no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, os sinais de convergência antes apontados não se confirmam, e o que ocorreu não foi a continuidade da convergência, mas sim uma ampliação das desigualdades.

Com relação ao IGPIBind, verifica-se que ele é o coeficiente mais elevado, o que explica a acentuada desigualdade industrial entre os COREDES do Rio Grande do Sul. No entanto, no período 1998 - 2000, a desigualdade cresceu 5,70% entre as regiões. Segundo Alonso (2003), esse aumento das desigualdades industriais decorre, apesar de no início da década ter havido uma leve queda[9] da participação relativa da indústria metropolitana no total do parque industrial gaúcho até 1998, da reconcentração industrial na região metropolitana. Isso ocorreu mais especificamente em três municípios: Canoas, Gravataí e Triunfo[10]. O autor afirma que esses três municípios, juntos, representavam 18,57% do PIB industrial gaúcho, em 1990, e aumentaram para 23,28%, em 2001.

Além disso, com a desvalorização da moeda brasileira em 1999, ocorreu a retomada da expansão do setor exportador e isso se refletiu no desempenho industrial da Região Nordeste, que recuperou o espaço perdido no contexto industrial, e alcançou em 1999, 67,95% da produção, e em 2000, 71,81%. Observa-se também na Tabela 5 que o índice de Gini caiu a partir de 2001, para as três variáveis, significando uma diminuição nas desigualdades. Segundo Calandro e Campos (2002), essas ocorrências são reflexos de uma desaceleração na economia mundial, recessão no Japão e a crise argentina. Com isso, a taxa de juros deixou de declinar, o câmbio parou de desvalorizar-se e reduziu a capacidade ociosa do parque fabril gaúcho. Como resultado, houve pouco crescimento da indústria de transformação gaúcha e, conforme Alonso (2003), a maioria dos gêneros que apresentaram resultados negativos são os que se localizavam na Região Nordeste do Estado[11]. Com isso, houve uma redistribuição da renda entre os COREDES, sendo a Região Norte a que mais cresceu nesse período. Dentro deste contexto, verifica-se que o setor industrial é o carro-chefe da economia regional, com grande concentração na Região Nordeste do Estado, onde estão localizados os três COREDES que apresentam maior PIB e maior participação relativa na renda estadual.

6 Conclusões

Com base nos resultados obtidos, podem-se inferir conclusões sobre a origem, a evolução e a intensidade das desigualdades que se verificaram no Rio Grande do Sul, no período de 1990 a 2003. O Rio Grande do Sul apresenta diferença no crescimento entre seus vinte e dois COREDES, sendo que concentra sua renda e população na região metropolitana do Estado, mais especificamente em três COREDES: Metropolitano Delta Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos, que fazem parte do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, a região mais industrializada.

Entretanto, a indústria no Rio Grande do Sul iniciou na região Sul através da elaboração do charque em Pelotas e Rio Grande. Mais tarde, esta região perdeu mercado para o Prata e deixou de ser a região hegemônica. A região onde é hoje o parque industrial gaúcho foi colonizada pelos europeus, alemães e italianos, os quais introduziram as técnicas do artesanato que deu origem a uma indústria mais dinâmica.

Através do Índice de Gini, foi possível constatar as diferenças já percebidas anteriormente na análise do PIB, PIB *per capita* e PIB industrial. Apesar de não existirem grandes variações

para os coeficientes na década, devido ao curto período de análise, ele apresentou índices elevados de desigualdade inter-regional para o Rio Grande do Sul. No entanto, as desigualdades são mais acentuadas com relação ao PIB e ao PIB industrial. Com relação ao PIB *per capita*, conclui-se que ele é desigual e que, no final da década, vem aumentando.

Está claro neste estudo, portanto, que o pólo industrial causa efeitos propulsores nas regiões industrializadas, atraindo renda e população, elevando o grau de desigualdade regional, na medida em que apresenta aumento da concentração industrial. Todavia, para minimizar as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões, o ideal seria a implantação de pólos distribuídos e não-concentrados. Diante deste cenário, percebe-se a necessidade de políticas de desenvolvimento regional que sejam eficientes e consigam minimizar as desigualdades existentes entre as regiões do Rio Grande do Sul.

Referências

ALONSO, J.A.F. 2003. O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdades? *Indicadores Econômicos FEE*, **31**(3): p. 97-117.

ALONSO, J.A.F. e BANDEIRA, P.S. 1990. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. *In:* P.F.C. ALMEIDA, *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre, FEE, 130 p.

ALONSO, J.A.F. 1984. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda no Rio Grande do Sul (1930-70).* Porto Alegre, FEE, 160 p.

AZZONI, C.R. 1993. Equilíbrio, progresso técnico e desigualdades regionais no desenvolvimento econômico. *Análise Econômica*, **11**(19), p.5-28.

BANDEIRA, P.S. 1988. *O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira 1940-1980*. Porto Alegre, FEE, 115 p.

BOUDEVILLE, J.R. 1972. *Amémagement du territoire et polarization.* Paris, M-ThGénin, 279 p.

CALANDRO, M.L. e CAMPOS, S.H. 2002. O desempenho da indústria em 2001: uma trajetória de desaceleração. *As contas regionais e o desempenho da economia gaúcha em 2001. Indicadores Econômicos FEE*, **29**(4). p. 129-151.

CÁRDENAS, J.R.G. 2005. *Teoria do desenvolvimento*. Disponível em <www. Adegua.com>. Acesso em: 10 fev. 2005. 30 p.

FORTINI, A. 1952. *O 15° aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Sulina, 102 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 2003. FEE – Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre. Disponível em <www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: jul. 2003, out. 2004 e dez. 2004.

GREEN, E. e CRUZ, M. 2002. *Construindo um novo modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul*. Disponível em: <www.scp.rs.gov.br>. Acesso em: out. 2005. 28 p.

HIRSCHMAN, A. 1960. *Estratégia do desenvolvimento econômico. (Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico)*. São Paulo, Atlas, 322 p.

KON, A. 2002. *A dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro*. Disponível em: <http//www.race.nuca.ufrj.br> Acesso em: ago. 2005, 42 p.

MONTOYA, M.A. 1999. *As desigualdades regionais no contexto do crescimento econômico, da economia internacional e do Mercosul*. Texto para discussão n° 4, FEA/UPF, junho. Disponível em: <http//www.techinet.com.br>. Acesso em: ago. 2003. 25 p.

MYRDAL, G. 1960. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, MEC/IESB, 210 p.

NASSER, B. 2000. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, **7**(4):145-178.

PADOIN, M.M. 2001. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 176 p.

PESAVENTO, S.J. 1992. *História do Rio Grande do Sul*. 4ª ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 141 p.

RATTNER, H. 2002. *Integração para quem?* Disponível em: <http://www.abdl.org.br/prolides. Acesso em: ago. 2005, 25 p.

RAUBER, D. 2005.*A necessidade do planejamento regional para os recursos hídricos na Bacia do Prata*. Santa Maria, RS. Dissertação de mestrado em Integração Latino-Americana. Universidade Federal de Santa Maria, 143 p.

REICHEL, H.J. e GUTFREIND I. 1996. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo, Unisinos, 212 p.

REICHEL, H.J. e GUTFREIND I. 1995. *Fronteiras e guerras no Prata.* São Paulo, Atual, 76 p.

RIBEIRO, L.A. de P. 1981. *Iniciação ao estudo da economia regional.* Fortaleza, FC, 97 p.

RICHARDSON, H.W. 1981. *Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e*

crescimento regional. Rio de Janeiro, Zahar, 421 p.

ROFMAN, A. 1974. *Desigualdades regionales y concentración económica: el caso argentino*. Buenos Aires, Siap, 130 p.

ROSSETTI, J.P. 1984. *Introdução à economia.* 10ª ed. São Paulo, Atlas, 766 p.

SINGER, P. 1977. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo, Nacional, 377 p.

SOUZA, N. de J. e. 1993. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. *Análise Econômica*, **11**(19), p. 29-59.

SOUZA, N. de J. e.1999. *Desenvolvimento regional*. Porto Alegre, UFRGS, 415 p.

[1] O cultivo tritícola enfrentou várias dificuldades, advindas tanto da precariedade técnica quanto de sua inserção num mercado competitivo (EUA, Prússia e França abasteciam o mercado brasileiro protegidos por baixas taxas de importação). A falta de amparo governamental se fez sentir e, para completar, a doença da ferrugem assolou os trigais gaúchos em 1814 (PESAVENTO, 1992, p. 16-17).

[2] Os estabelecimentos *saladeris,* empregando mão-de-obra assalariada, intensificaram a divisão social do trabalho com operários executando tarefas cada vez mais especializadas e o uso de máquina a vapor (Pesavento, 1992).

[3] Desmatamento, agricultura de subsistência e comercialização de produtos agrícolas.

[4] Água encanada (1861); linhas de bondes (1864); mercado público (1869); Faculdades de Engenharia, Medicina e Direito.

[5] Eckhaus (*in* Ribeiro, 1981) explica isso como sendo o convívio, no mesmo território, de economias modernas (desenvolvidas) com economias atrasadas (subdesenvolvidas). Rossetti (1984, p. 382) apontou como causa principal das desigualdades o dualismo regional que é "a existência de regiões com expressivos níveis de desempenho e desenvolvimento econômico, ao lado de outras que acusam baixos índices de atividade e de progresso". Na opinião dele, houve sempre desigualdades sociais e econômicas, aumentando cada vez mais as diferenças entre pobres e ricos, ou melhor, distanciando as regiões desenvolvidas das subdesenvolvidas.

[6] Outras medidas de desigualdades: índice de Theil, índice de Atkinson, coeficiente de Williamson, entre outros.

[7] Sendo 22 COREDES para o Estado do Rio Grande do Sul até o ano de 2003.

[8] Alonso (1984), Alonso e Bandeira (1990).

[9] Devido às mudanças estabelecidas pela política econômica do país: abertura econômica, Plano Real com câmbio apreciado artificialmente e política monetária com altas taxas de juros (Alonso, 2003, p. 107). Essas medidas, segundo o autor, foram um remédio amargo para o segmento industrial gaúcho até janeiro de 1999.

[10] Decorrente de investimentos realizados na expansão da indústria química de Canoas e Triunfo, e em Gravataí pela implantação do complexo automotivo da GM.

[11] Química, produtos alimentares, vestuário, calçados e tecidos; também material elétrico e comunicações.